

A Campanha da Nacionalização No Colégio Concórdia e o Ensino de Matemática

Graciela Texeira Agache¹
Andréia Dalcin²

RESUMO

A Campanha da Nacionalização foi um movimento organizado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas que teve início no ano de 1938 até o final da Segunda Guerra Mundial. Esta Campanha teve como alvo os moradores estrangeiros do Brasil e seus filhos, principalmente os imigrantes e descendentes de alemães. A principal medida que afetaria a vida destas pessoas seria a proibição de ler, escrever ou falar em outro idioma que não fosse o português. Por este motivo, muitas instituições que tinham sido organizadas pelas comunidades teuto-brasileiras, inclusive escolas comunitárias, clubes e igrejas, não tiveram outra opção senão a de adaptar-se as novas normas, ou simplesmente fechar as portas. Neste artigo analisamos como o Colégio Concórdia, de confissão luterana, adaptou-se a esse contexto. Buscamos por indícios sobre mudanças no ensino de matemática e nas práticas relacionadas a este ensino. Constatamos que os livros de matemática utilizados no ambiente escolar, como todo o material relacionado a vida escolar dos alunos foi traduzido integralmente para o português, no entanto, algumas práticas como a memorização da tabuada e a preocupação com a as quatro operações, no contexto de exercícios aplicados ao comércio, permaneceram até o final dos anos 1940.

Palavras-chave: Escola Teuto-Brasileira. Campanha da Nacionalização. História da Educação Matemática. Ensino de Matemática.

ABSTRACT

The Nationalization Campaign was a movement organized by the dictatorial government of Getúlio Vargas that began in 1938 until the end of World War II. This campaign targeted foreign residents of Brazil and their children, especially immigrants and German descendants. The main measure that would affect their lives would be a ban on reading, writing or speaking in a language other than Portuguese. For this reason, many institutions that had been organized by the Teuto-Brazilian communities, including community schools, clubs and churches, had no choice but to adapt to the new norms, or simply to close their doors. In this article we analyze how the College Concordia, of Lutheran confession, adapted to this context. We look for evidence of changes in math education and related practices. We found that the math books used in the school environment, as all the material related to the students' school life, were fully translated into Portuguese, however, some practices such as the memorization of the multiplication table and the concern with the four operations, in the context of applied to trade remained until the late 1940s

Keyword: Teuto-Brazilian School. Nationalization campaign. History of Mathematical Education. Mathematics teaching.

¹ Mestre em Ensino de Matemática pela UFRGS. Docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo – Esteio, RS. E-mail: elitexeira@hotmail.com

² Doutora em Educação, área de Educação Matemática, pela UNICAMP. Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática da UFRGS e Colaboradora no Programa de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica -REAMEC.

INTRODUÇÃO

A Campanha da Nacionalização foi um movimento do governo ditatorial de Getúlio Vargas que inicia oficialmente em 1938, com a iminência da segunda guerra, mas que já dava sinais durante a primeira guerra mundial. Como principal medida para os estrangeiros, principalmente os imigrantes que moravam no Brasil, a Campanha proibia o uso de línguas estrangeiras, tanto no ambiente escolar, como nas ruas.

Neste texto, que é um recorte da dissertação de mestrado *O Colégio Luterano Concórdia de Porto Alegre entre 1902 e 1952: ensinar matemática para a vida e o trabalho*, nos propomos a apresentar alguns indícios sobre como a Campanha da Nacionalização impactou a cultura escolar da primeira escola luterana urbana organizada pelo Sínodo de Missouri, na cidade de Porto Alegre, principalmente no que tange ao ensino da matemática.

Trata-se de uma pesquisa no campo da História da Educação Matemática, que dialoga com elementos da História da Educação, da cultura escolar e da Educação Matemática.

A História da Educação Matemática, enquanto campo de investigação:

visa a compreender as alterações e permanências relativas ao ensino e à aprendizagem de Matemática; dedica-se a estudar como as comunidades se organizavam para produzir, usar e compartilhar conhecimentos matemáticos e como, afinal de contas, as práticas do passado podem – se é que podem – nos ajudar a compreender, projetar, propor e avaliar as práticas do presente.

(Garnica e Souza, 2012, p. 27).

Neste contexto, entendemos ser pertinente conhecer a história das instituições escolares de diferentes tempos e momentos históricos. Conhecer e compreender as escolas “por dentro” nos possibilita perceber e compreender os modos como a cultura escolar se constitui, adequa, subverte, reforça ou tensiona as normativas institucionais e as práticas culturais. Lembrando que cada escola é única e forja sua identidade(s) no cotidiano.

Julia (2001, p. 10) define a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Assim, estudar a cultura de uma instituição escolar implica analisar, dentre outras coisas, o papel e as práticas dos professores neste contexto, os materiais utilizados, os programas de ensino, os sistemas de avaliação, as rotinas de sala de aula, enfim, as práticas enquanto os modos de fazer, na perspectiva de Certeau (1994).

Para o desenvolvimento da pesquisa tomamos como fontes históricas alguns documentos da escola a exemplo de históricos escolares, boletins, listas de chamadas, comunicados entre a escola e as famílias, dentre outros, localizados no arquivo morto do Colégio Concórdia, na secretaria da escola ou no Instituto Histórico IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), também fotografias e depoimentos orais. Entendemos cada documento como “testemunho escrito” da história (Le Goff, 2013, p.486), sendo que nenhum é imparcial. Isto é, cada documento “sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (Bacellar e Pinsky, 2008, p.63). A análise de documentos se dá no confronto com outras fontes, e segundo Nosella (2013):

Ao proceder a análise dos documentos, realizando sucessivas leituras, o pesquisador, aos poucos, identifica núcleos conceituais, palavras recorrentes que lhe permitem elaborar categorias catalisadoras e organizadoras das informações. Estas categorias funcionam também como pontos de referência para elaborar o roteiro das entrevistas e/ou questionários.

(Nosella e Buffa, 2013, p. 67).

As fontes orais foram produzidas através de quatro entrevistas com cinco ex-alunos, dos quais, duas entrevistadas foram professoras do Colégio. As professoras relataram suas vivências na escola, lembrando que “a oralidade permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que, de outro modo, por outro instrumento de coleta, seriam, inacessíveis” (Garnica, 2005, p. 5).

As fotografias, por sua vez, possibilitam compreender alguns elementos sobre o cotidiano dos alunos e as práticas rotineiras da escola. De acordo com Oliveira (2012), fotografias são “reprodução e representação” (Oliveira, 2012, p. 37). Reprodução no sentido de que elas captam certo instante da vida da escola e, nos parece, que de certa forma o eternizam; e representação porque as fotografias mostram uma cena que foi escolhida para ser perpetuada, escolha feita pelo fotógrafo ou por uma ou mais pessoas que estão na fotografia.

Do cruzamento destas fontes é possível identificar indícios sobre como a Campanha da Nacionalização foi suscitando algumas mudanças na cultura da escola, seja

por meio da língua que passa a ser exclusivamente o Português, ou no modo como as ideias nacionalistas vão sendo enraizadas nas práticas escolares.

OS IMIGRANTES TEUTO-BRASILEIROS

Em 1824, um grupo de luteranos se instalou definitivamente no Rio Grande do Sul, vindos de províncias europeias que tinham como elo a língua alemã. Eram pessoas motivadas por uma ação do governo imperial que incentivava a vinda de imigrantes. Os imigrantes se instalaram principalmente no sul do Brasil, com a promessa de receberem incentivos para a produção agrícola e por haver nesta região uma terra mais fértil que em outras regiões do país, e assim ocupando os “vazios demográficos” (Seyferth, 1994). Estas migrações estavam ligadas a uma política implementada por D. João VI em 1808, que tinha o objetivo de ocupar esses espaços vazios, a fim de evitar invasões dos países vizinhos, promover o desenvolvimento econômico e estimular o branqueamento da população brasileira (Wanderer, 2007).

De acordo com Wanderer (2007, p. 27), apoiada nos estudos de Meyer (1999), os imigrantes “[...] muitos eram camponeses, outros eram marginalizados urbanos e excluídos do processo de industrialização, além daqueles que poderiam ser considerados como intelectuais em exílio”.

Denominamos de imigrantes alemães aqueles originários da Prússia, de Schleswig-Holstein, da Renânia, de Hesse ou da Pomerânia, que integravam parte das regiões que Bismarck unificou em 1871, que chegaram ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1850 e 1919, havendo um importante aumento dessas imigrações a partir de 1920, devido as grandes dificuldades que a Primeira Guerra originou na Europa (Seyferth, 1994).

As primeiras décadas do século XX se caracterizaram por constituir na nova terra, espaços que ajudassem na sobrevivência, como a construção de casas, igrejas e escolas. Além disso, eles traziam uma cultura escolar característica (Kreutz, 1994). De acordo com Steyer (1999), nas comunidades luteranas, a escolarização dos filhos era primordial. Os teuto-brasileiros entendiam que, considerando a educação das crianças e dos jovens como prioridade, garantiriam o futuro da igreja no Brasil.

AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Os teuto-brasileiros que se instalaram no Rio Grande do Sul entendiam que “a prosperidade e a estabilidade nacionais dependiam da educação geral do povo” (Kreutz, 1994, p.15). Assim, uma das primeiras atividades desenvolvidas pelos imigrantes ao organizar uma comunidade, seja ela rural ou urbana, era a instalação de uma escola.

Para Rambo (1994, p. 16), na visão dos teuto-brasileiros, a escola tinha dois grandes objetivos: “a alfabetização aliada à formação religiosa”. Nesse sentido, a escola buscava, através do ensino, modelar a personalidade dos seus alunos, a partir do fortalecimento de princípios éticos e morais, capazes de auxiliar no combate à degradação cultural.

Em muitas comunidades, o prédio destinado à escola, cumpria a função de igreja aos finais de semana, onde eram realizados os cultos ou missas. Por este motivo, ele era chamado de escola-capela. Ademais, estas reuniões domingueiras serviam como meio de comunicação entre os membros da comunidade e como lugar de confraternização entre os mesmos.

Escola e Igreja desempenhavam as tarefas relacionadas à educação em total comunhão, ao ponto de as crianças só poderem participar dos ritos da eucaristia, apenas após o término do período escolar obrigatório (Kreutz, 1994). Cabe lembrar que a eucaristia era uma celebração tida como importante no âmbito religioso, já que era considerada como um rito de passagem para a vida adulta, pois a partir da celebração, eram assumidos por parte do jovem, direitos e deveres diante da comunidade.

O desenvolvimento escolar foi dividido por Kreutz (1994) em quatro grandes blocos de 25 anos, sendo que o último tem duração de 30 anos. Dentre estes quatro períodos, também chamados de fases, o de maior desenvolvimento foi o último, que iniciou em 1900 e terminou em 1930. Neste intervalo houve uma grande preocupação com a construção de novas escolas, formação de novos professores e a produção de material didático específico que atendesse as necessidades da escola e de sua comunidade e que evidenciasse “a necessidade de despertar nas crianças a consciência de cidadãos brasileiros” (Kreutz, 1994, p. 26).

Na cidade de Porto Alegre, existiam vários professores que organizavam cursos e que lecionavam nas suas casas. Este fato nos dá indícios da informalidade do ensino entre os teuto-brasileiros da capital (Gans, 2004) nos primeiros anos da imigração.

É então a partir de 1900, que o ensino começa a ser formalizado, surgindo a obrigatoriedade escolar mínima de quatro anos e, a partir de 1920, escolaridade mínima de cinco anos. O currículo das escolas teuto-brasileiras foi organizado de forma que atendesse um plano maior das comunidades em geral. De acordo com Kuhn (2015, p. 21), as escolas “buscavam não somente o ensino da língua materna aos seus filhos, mas também a aquisição de valores culturais, sociais, e principalmente, religiosos”. As famílias se comprometiam tanto com a escolarização dos seus filhos como com a manutenção da escola e do professor, sob pena de sofrerem sanções no âmbito religioso (Kreutz, 1994).

O programa desta escola estava formado por três matérias principais: a religião, as línguas e o cálculo. A alfabetização era primeiramente em alemão, e depois em português. Ainda, eram aprendidas noções de Geografia, História e Ciências Naturais (Kuhn & Bayer, 2013).

O COLÉGIO CONCÓRDIA

O Colégio Concórdia é inaugurado em 1902, por iniciativa de um grupo de moradores da Freguesia Nossa Senhora da Conceição, hoje bairro Navegantes, em Porto Alegre. Estes enviaram uma carta ao representante do Sínodo de Missouri que desenvolvia atividades no Rio Grande do Sul, solicitando a organização de uma escola e uma igreja, que atendessem as necessidades da comunidade do bairro. Para tal fim, o pastor Carl Wilhelm Gustav Mahler, no mês de setembro de 1902, alugou uma fábrica desativada na Avenida Voluntários da Pátria, e iniciou as atividades escolares, apenas com dez alunos. As atividades religiosas iniciaram no mês de novembro (Kuchenbecker, 2002).

Em 1907, foi construída a primeira capela da comunidade, agora chamada Comunidade Cristo. Esta capela teve, por aproximadamente, quinze anos, duas funções: como escola e como igreja. Durante a semana eram colocadas divisões de madeira, com o intuito de separar os alunos de acordo com a turma que frequentavam, e para dar maior privacidade aos professores. Ao chegar o final de semana, estas divisórias eram retiradas para a realização dos cultos (Kuchenbecker, 2002).

Devida à falta de espaço e a necessidade de atender às crianças do bairro, a comunidade Cristo comprou o terreno onde até então funcionava o Seminário Concórdia.

As aulas passaram a acontecer em uma casa de madeira construída neste terreno e na casa pastoral.

Em 1922, o Reverendo J. Kunstmann assume a direção da escola, que contava com oitenta e três alunos, meninos e meninas, distribuídos em seis séries. Na fotografia da Figura 1, localizamos o Reverendo J. Kunstmann do lado esquerdo da fotografia, a professora Elsa H. da Silva e alguns alunos.

Figura 1 – Rev. Johannes Kunstmann e um grupo de alunos, 1922.



Fonte: Acervo do Colégio Concórdia.

Nesta fotografia identificamos meninos e meninas que parecem terem sido orientados para manterem-se nas respectivas posições, com semblantes sérios. Meninas da primeira fila seguram a placa que identifica a escola e o ano em que a fotografia foi produzida. Podemos perceber que os alunos que frequentavam a escola eram de idades diferenciadas, e que não havia uma uniformização nas vestimentas. Destacamos também, a presença da bandeira do Brasil pendurada na porta do prédio, o que nos dá indícios de que as ideias nacionalistas já estavam presentes ainda durante a Primeira Guerra.

Devido ao aumento constante das matrículas, foi necessário a construção de um novo prédio (Figura 2), finalizado em 1935. Neste novo prédio, de janelas amplas e gradeadas, provavelmente com abundante luz natural, as aulas aconteciam no horário da manhã e da tarde. As turmas de primeiro ano tinham aproximadamente cem alunos.

Figura 2 – Prédio escolar em construção, 1935.



Fonte: Acervo do Colégio Concórdia.

Em 1945, tomando a dianteira em relação a outras instituições escolares vizinhas, o Colégio Concórdia, com a ajuda do Colégio IPA (Instituto Porto Alegre), que cedia seus professores para lecionar no colégio, inicia as atividades do Curso ginásial, com quatro séries.

Ao longo dos primeiros cinquenta anos do século XX, o Colégio Concórdia, que nasceu de forma muito simples e singela, com apenas 10 alunos, se fortaleceu na medida em que as diferentes administrações assumiam e mantinham boas relações com a comunidade do bairro, chegando a superar as seiscentas matrículas no final da década de 1940 e início de 1950.

A CAMPANHA DA NACIONALIZAÇÃO

Desde o início do século XIX, o Brasil, e principalmente o Rio Grande do Sul, recebeu um número considerável de imigrantes alemães, dentre eles os luteranos. Ao se instalarem em comunidades, principalmente rurais, também chamadas de picadas, procuraram uma forma de oferecer educação aos seus filhos. As escolas públicas

oferecidas pelo então governo imperial, eram escassas ou não se adequavam as demandas da comunidade, levando os imigrantes a criarem as escolas comunitárias, que segundo Kreutz (2000), até 1930 eram aproximadamente 1579 escolas com a seguinte distribuição por estado: RS, com 1.041; SC, com 361; ES, com 67; SP, com 61; RJ, com 16 e outros estados com 33 (Kreutz, 2000, p. 356/7).

Estas escolas reproduziam práticas educativas que foram aprendidas no seu país de origem e eram atendidas por pastores-professores escolhidos dentro da mesma comunidade, a fim de manter viva a cultura da sua terra natal (Eidam, 2007). Os alunos destas escolas, sejam eles crianças, jovens ou adultos, eram alfabetizados primeiramente em alemão e depois em português. Por este motivo, muitos deles desconheciam a geografia e a história do Brasil, fato que incomodava os governantes das primeiras décadas do século XX, e que os levou a acusar as escolas de promover a “desnacionalização” da população (Renk, 2008, p. 4286).

Ações do governo, no sentido de sinalizar, para uma redução da relevância da língua de origem dos imigrantes aparecem no jornal *O Mensageiro Christão*³, sendo que nos chama atenção a edição de 15 de janeiro de 1918, onde foi publicada a seguinte nota:

Sendo limitado pelo governo o ensino de allemão na escola particular á só uma hora por dia, peço aos pastores e professores mais uma vez a lidarem applicadissimos no estudo da língua vernácula. A santa causa do nosso querido Senhor Jesus Christo não deve, não pode sofrer encurtamento pelo referido decreto governamental. Por conseguinte, é preciso que conformamo-nos com esta medida, a qual sentimos muito severa.

(*O Mensageiro Christão*, 15/01/1918).

Ainda no mês de maio, foi publicado no mesmo jornal uma nova circular enviada por Protásio Alves, então Vice-Presidente da Província, para o Presidente do Conselho Escolar, na qual recomendava que cessasse o funcionamento das escolas em que a língua utilizada não fosse o português, assim como os livros didáticos de Aritmética, História e Geografia deveriam estar escritos na língua vernácula. Da mesma forma, passa a ser obrigatório o ensino da História e Geografia do Brasil.

³ Periódico editado por uma comissão do Sínodo Evangélico Luterano, publicado quinzenalmente, cuja assinatura anual custava 3\$000. De acordo com a publicação do dia 15 de junho de 1918, não é uma imprensa que expressa a opinião pessoal dos editores, e sim, um órgão livre de pastores e professores do Distrito. “Como tal existe para o nosso proveito, para o auxílio que possa prestar na extensão do nosso trabalho, e para a nossa edificação individual e principalmente para informar nos unos aos outros de nosso trabalho e sucesso” (*O Mensageiro Christão*, 15 de junho de 1918).

Segundo a mesma publicação, existia dentre a comunidade o medo das exigências do governo em relação aos professores das instituições luteranas:

[...] foi chamado como professor da língua brasileira o nosso irmão, Rev. L. Rehfeldt, e também é sabido que ele aceitou. Mas a situação provocada pela guerra parece exigir uma alteração temporária neste arranjo. É possível que o governo requeira que encarregarmos com este cargo um professor verdadeiramente brasileiro, ou que, pelo contrário, seja proibido o funcionamento do nosso Seminário. [...].

(*O Mensageiro Cristão*, 15 de janeiro de 1918).

Preocupações como as apontadas no artigo de *O mensageiro Lutherano* nos fazem pensar sobre o movimento interno das escolas no sentido de aderirem ao patriotismo pelo Brasil. Nesta perspectiva analisamos a fotografia da Figura 3.

Figura 3 – Turma de alunos por volta de 1922.



Fonte: Acervo do Colégio Concórdia.

A presença de bandeiras brasileiras nos chama atenção na fotografia da Figura 3. Alguns meninos, no centro da fotografia, e outros em meio aos demais, parecem vestir um uniforme, que lembra uma farda militar. Unindo as bandeiras, com o detalhe dos uniformes, nos parece que, poderia ser a preparação para o desfile de 7 de setembro, tradição desde o século XIX que celebra a independência do Brasil de Portugal, e que sabemos pelo depoimento dos ex-alunos era uma festa muito aguardada por todos os

alunos e suas famílias. Outro motivo seria já na década de 1920 uma preocupação com o desenvolvimento do patriotismo brasileiro em detrimento da cultura alemã, já que as crianças, descendentes dos imigrantes, precisariam, de certa forma, abandonar a cultura alemã em detrimento da brasileira, o que viria a se intensificar com o Estado Novo.

Antecipando-se às eleições previstas para o ano de 1938, no dia 10 de dezembro de 1938, Getúlio Vargas impõe o Estado Novo com a colaboração dos militares. Getúlio cria um regime autoritário, com o objetivo de construir um estado nacionalista, no qual ser cidadão denotava amar a Pátria e os seus governantes (Konrath, 2009).

Dentre as várias políticas públicas que o novo governo adotou, teve uma que afetou duramente o sistema educacional e que ficou conhecida como a “Campanha da Nacionalização”. Esta campanha tinha por objetivo fortalecer a identidade brasileira da população, inclusive dos estrangeiros. Promovia o enaltecimento dos símbolos pátrios, como a bandeira e o hino nacional, utilizando-se da imprensa e de panfletos que eram distribuídos nas escolas como uma forma de intimidação.

A intimidação para com os teuto-brasileiros, como já evidenciamos, começou mesmo antes do início da Segunda Guerra Mundial. Esta intimidação abarcava tanto os ambientes públicos como os privados. O agora ditador Getúlio Vargas, assinou vários decretos, onde escolas, professores e comunidade deviam adaptar-se as novas normas.

O auge da intervenção na população estrangeira, principalmente a alemã, aconteceu em 1942 quando foi declarada a guerra entre o Brasil e a Alemanha, com o naufrágio de barcos brasileiros. A intervenção alcançou todas as instituições culturais ou recreativas, escolas e imprensa, com a proibição de falar outros idiomas em público, provocando um intenso mal-estar na população. A vigilância era efetuada pela polícia nas casas dos imigrantes, e até pelos próprios vizinhos. Ainda que esta restrição afetasse a vida de todos os estrangeiros, os alemães eram os mais controlados, já que existia o medo de que o Partido Nazista se instalasse no Rio Grande do Sul (Mombach, 2012).

ALGUMAS MUDANÇAS COM A CAMPANHA DA NACIONALIZAÇÃO

O primeiro decreto relacionado com a educação é o número 7212, publicado no dia 8 de abril de 1938. Este decreto foi homologado pelo decreto 7247, no dia 23 do mesmo mês, e levou o título de “Regulamento de registro e fiscalização das escolas”. Este

decreto estipulava uma série de normas que deveriam ser seguidas pelas escolas, principalmente as confessionais e privadas, e a sua devida fiscalização por parte do Estado. Dentre essas normas, incluía-se que o nome da escola devia ser em português (Brasil, 1938).

Ainda em maio de 1938, foi assinado o Decreto Nº 406, que ordenava que as escolas usassem apenas livros didáticos em português e o ensino de línguas estrangeiras era proibido para menores de 14 anos. Exigia também, que o programa escolar fosse adaptado de maneira que a história e a geografia do Brasil fossem parte deste programa. Além disso, a escola teria que ser regida por um brasileiro nato. Para burlar esta burocracia, imposta pelo governo, o Colégio Concórdia nomeava um diretor, que fosse brasileiro nato, professor membro da comunidade escolar, mas dentro do ambiente escolar quem exercia a direção era um professor alemão, ou descendente. De acordo com Kuchenbecker (2002), no período da Segunda Guerra Mundial, o diretor do Colégio Concórdia era o Reverendo J. Kunstmann até 1942, e seu filho Dr. Walter Kunstmann até 1953. Mas para os órgãos oficiais os diretores foram Oscar Machado da Silva, prof. Aslid Gick, Erica Leite e Paulo Winterle.

A fiscalização dos estrangeiros, principalmente dos teuto-brasileiros foi intensificada a partir de 1939. A proibição de falar outra língua, que não fosse o português, se estendeu até no ambiente religioso e nas ruas. Muitas instituições deveriam ser fechadas (Mombach, 2012). Neste mesmo ano foi publicado o Decreto, Nº. 1545, que instruía aos secretários a construção de escolas nas colônias estrangeiras, com o intuito de promover o patriotismo e intensificar o ensino de história e geografia brasileira. Este Decreto também ordenava que a Educação Física fosse dirigida por um oficial das Forças Armadas (KREUTZ, 1994, p.30).

No Colégio Concórdia, os alunos definem este período como de “perseguição”. Eles eram obrigados a conviver frequentemente com a interventora do Estado, a senhora Branca Regina Lenzi. A função desta interventora era vigiar que a escola utilizasse apenas livros em português, e que as aulas não fossem ministradas em alemão. De acordo com o relato do Sr. Hugo e da Sra. Diva colégio, ex alunos, “ela vinha fiscalizar o que os outros ensinavam [...] eu acho que havia um revezamento com elas, revezamento é que a interventora dava uma aula em substituição da professora [...]”. E ainda, a presença da interventora na escola, provocava muito nervosismo entre os alunos, já que eles sabiam que estavam sendo vigiados até na sua fala. Os alunos se referem a este período como

“uma proibição, uma perseguição”. A ex-aluna Diva Kuwer (2018) relata que a visita desta interventora provocava muito nervosismo entre os alunos. Porque sabiam que ela vinha para vigiar o que eles falavam e faziam.

Antes de 1938, temos indícios de que os materiais utilizados na escola, como livros, cartilhas e boletins, eram todos em alemão, e que deveriam ser traduzidos para o português após este ano. No entanto, como nos coloca Silva (2015)

cabe observar que a proibição oficial não repercutiu imediatamente na prática de publicação de livros em língua alemã. Na lista de livros em língua alemã de Kreutz e Arendt (2007) encontramos edições de livros didáticos em língua alemã, por exemplo o *Praktische Rechenschule in vier Heften für Deutsche Schulen in Brasilien*, de Otto Büchler, com edições em 1924, 1928, 1930, 1933, e o *Mein Rechenbuch*, de Nast e Tochtrop, com primeira edição em 1933. Todavia Nast e Tochtrop, em 1934, começaram a publicar a mesma obra em língua portuguesa.

(Silva, 2015, p. 62).

Mas as mudanças não se limitaram apenas à mudança de língua. De acordo com os boletins, as disciplinas a serem ensinadas também mudaram, e a forma de avaliar os alunos também foi modificada. De acordo com a exigência do decreto, a história e geografia a serem ensinadas eram as do Brasil, assim como a inclusão da Educação Moral e Cívica.

Antes do início da Campanha da Nacionalização, no Colégio Concórdia, os boletins entregues as famílias dos alunos eram escritos em alemão, com tradução para o português (Figura 4).

Figura 4 – Boletim de 1938.

Klasse - Anno <u>II</u>		Halbjahr - Semestre <u>I</u>	
Fleiss-Applicação	<u>2</u>	Ordnung-Ordem	<u>1-2</u>
Betragen-Comportamento	<u>1-2</u>	Fortschritt-Approveitamento	<u>2</u>
Religion - Religião			
Bibl. Geschichte - Hist. Biblica	<u>1</u>	Katechismus - Catechismo	<u>1</u>
Sprachen - Linguas			
Deutsch) Lesen - Leitura	<u>2</u>	Aufsatz - Composição	
Alleman) Diktat - Dictado	<u>1-2</u>	Literatur - Literatura	
Sprachlehre - Grammatica			
Portugiesisch) Lesen - Leitura	<u>3</u>	Aufsatz - Composição	
Portugês) Diktat - Dictado	<u>1-2</u>	Literatur - Literatura	
Grammatik - Grammatica Übersetzung - Traducção			
Englisch) Lesen - Leitura		Mündliche Aufgaben - Exerc. oraes	
Ingles) Diktat - Dictado		Schriftl. Aufgaben - Exerc. por escripto	
Realien - Outras Materias			
Mathematik) Rechnen - Arithmetica	<u>2-3</u>	Algebra - Algebra	
Mathematica) Geometrie - Geometria		Trigonometrie - Trigonometria	
Erdkunde) Allgemeine - Universal		Brasilens - do Brasil	<u>2-3</u>
Geographia)			
Naturwissenschaften) Naturgeschichte - Historia natural			
Sciencias naturaes) Physik und Chemie - Physica e Chimica			
Geschichte) Weltgeschichte - Universal		Brasilens - do Brasil	<u>1-2</u>
Historia)			
Handelsfächer) Buchführung - Escripuração mercantil			
Mat. commerciaes) Stenographie - Tachygraphia			
Anschauungsunterricht - Ensino das Cousas			
Zeichnen - Desenho		Schrift - Letra	
Singen - Canto		Handarbeit - Trabalh. manuaes	
Turnen - Cultura physica			
Verspätungen - Tardanças		Versäumnisse - Faltas	
Bemerkungen - Observações: <u>Moral e Cívica</u>			
Porto Alegre, den <u>23. Juli</u>		193 <u>8</u>	
Klassenlehrer - Professor		Schulleiter - Director	
<u>Uwehuse Kuegg</u>		<u>Prof. Joh. F. Raubmann</u>	
Unterschrift des Vaters - Assignatura do pai			
<u>Adolfo Gliese</u>			

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Adolfo Gliese.

As notas estavam dentro do intervalo de 1 a 5, assim como no sistema europeu de qualificação, e aplicadas semestralmente. As notas tinham o seguinte significado: 1: ótimo, 2: bom, 3: suficiente, 4: insuficiente; 5: ruim, mesmo que a tradução fiel para a qualificação 3 seja “sofrível”, e para a 4 seja “insofrível”; palavras consideradas “pesadas” para se referir ao desempenho de um aluno na opinião do Sr. Gliese, dono do boletim (Agache, 2015, p. 74).

No boletim podemos ver, no item “observações”, a nota da disciplina Moral e Cívica, o que nos dá indícios de que a escola, no mês de julho, já tinha se adaptado as novas normas impostas pela Campanha da Nacionalização, incorporando a disciplina de Educação Moral e Cívica ao currículo escolar. Acreditamos que, este boletim tenha sido

utilizado apenas pelo motivo de já estar impresso no momento em que as leis foram promulgadas.

Em relação à disciplina de Matemática, ela aparece dividida em quatro grandes áreas: Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, mesmo que neste boletim, apenas conste avaliação em Aritmética, pois se tratar de um boletim de 2º ano.

Durante e depois da Campanha da Nacionalização, o sistema avaliativo do Colégio Concórdia foi modificado. Deixou-se de utilizar o sistema europeu, para usar o do sistema educacional brasileiro. Como podemos ver no boletim da Figura 5, escrito totalmente em português, as notas vão do 1 até o 100.

Figura 5 – Boletim de 1942.

NOTAS OBTIDAS DURANTE O ANO DE 1942											Observações da professora
	Março	Abril	1º exame	Junho	Julho	2º exame	Setemb.	Outubr.	3º exame	Média geral	
Religião											Deve aplicar-se muito mais para obter a promoção!
História Sagrada Catecismo Leitura Escrita											
Linguagem		55	60	75	70	65	60	65	60		Deve aplicar-se muito mais para alcançar a média de promoção
Composição, Correspondência Gramática Ortografia											
Matemática		30	40	40	50	45	55	40	50	38	Reprovado!
Aritmética Geometria Álgebra Trigonometria		20	20	20	20	20	40	30	20	20	
Geografia		30	20	25	40	60	10	75	40	40	
Geografia do Brasil Geografia Universal Corografia do Brasil											
História		65	75	25	45	30	60	100	20	40	
História do Brasil História da Civilização Ciências		75	30	20	20	10	20	85	16	18	
Contabilidade Escrituração Mercantil Ed. Moral e Cívica		100	30	50	70	20	10	10	95	58	
Desenho Canto Educação Física Trabalhos Manuais		45	70	40	30	50	30	10	20	26	
			100	100	100	50	80	60	90	73	
		50	50	60	40	50	50	50	50	50	
Média	67,72	46,81	63,18	74,90	45,45	44,54	37,20	47,27	46,51		
Lugar	2.º	4.º	3.º	3.º	4.º	4.º	3.º	3.º	3.º	4.º	

Assinatura do pai ou responsável:

MARÇO	<i>Jana Bach</i>	AGOSTO	<i>Jana Bach</i>
ABRIL	<i>Jana Bach</i>	SETEMBRO	<i>Jana Bach</i>
MAIO	<i>Jana Bach</i>	OUTUBRO	<i>Jana Bach</i>
JUNHO	<i>Jana Bach</i>	NOVEMBRO	
JULHO	<i>Jana Bach</i>		

Fonte: Acervo do Colégio Concórdia.

Pelo descrito nos boletins, a disciplina de Matemática não sofreu mudanças em relação à divisão das diferentes áreas de ensino. O que podemos perceber a partir do boletim é que, não está sendo ensinada nenhuma língua que não seja o português, que se faz clara ênfase ao ensino de História e Geografia do Brasil, assim com a inclusão oficial da disciplina de Educação Moral e Cívica.

Outra diferença que podemos destacar entre os dois boletins é que no primeiro (Figura 4) as notas são semestrais, e no segundo (Figura 5), as notas são mensais.

Acreditamos que esta tenha sido outra mudança provocada pela Campanha da Nacionalização.

OS LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO DE MATEMÁTICA

As análises, a partir do cruzamento de diferentes fontes, indicam que o ensino de matemática no colégio Concórdia foi sendo alterado ao longo das primeiras décadas do século XX. De acordo com Kuhn (2015), o ensino de aritmética nas escolas teuto-brasileiras era considerado tão necessário quanto o de saber ler e escrever, já que todas as pessoas, homens e mulheres, precisariam fazer operações matemáticas em algum momento. Como forma de preparar as crianças da comunidade para a vida adulta, os cálculos ocupavam um papel importante na sua educação, tanto quanto a religião e a língua (Kuhn, 2015).

Temos indícios, pelo tipo de exercícios encontrado nos livros didáticos que circularam nas escolas teuto-brasileiras do início do século XX, que havia a preocupação de propor-se exercícios que simulassem alguma atividade que se aproximasse do mundo do trabalho. Um exemplo disso podemos encontrar no livro *Rechenbuch*, de Chr. Kleinkamp, escrito em alemão gótico, que foi editado por Verlag Von Krahe & Cia, em 1909, na cidade de Porto Alegre, e que circulou pela escola Concórdia, segundo a fala do curador do Instituto Histórico da IELB. Neste livro encontramos alguns exercícios em língua portuguesa, a exemplo da Figura 6, no qual não é enunciado uma pergunta para o exercício, mas fica subentendido que se trata de uma soma.

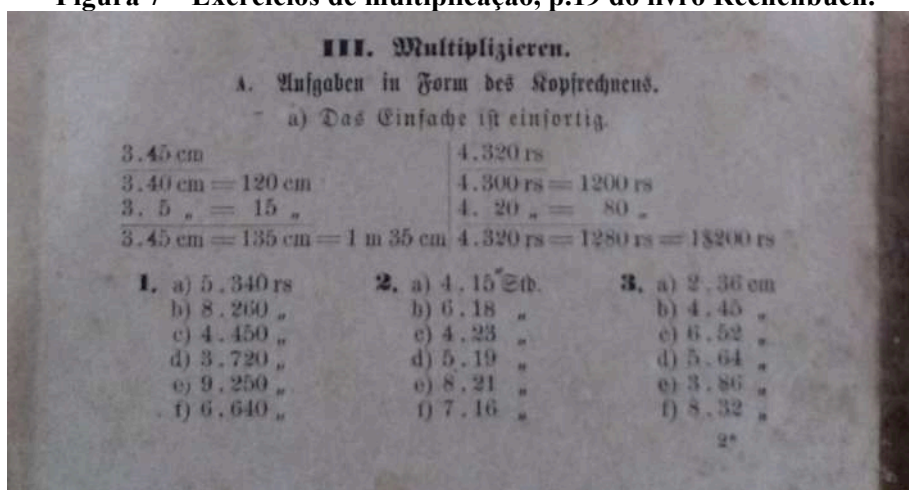
Figura 6 – Exercício N° 68 do livro “Rechenbuch”.

O Sur. F. Trein		Deve
Fevereiro	2	1 armario 56 500
Março	4	1/2 duzia de cadeiras 32 700
"	8	1 mesa 18 600
Maio	12	2 camas 75 000
Julho	8	concerta do soalho 17 800
		Summa

Fonte: Acervo do Instituto Histórico da IELB.

Também a memorização da tabuada e as quatro operações tinham destaque, e para isso algumas estratégias eram apresentadas, a exemplo da Figura 7, em que a multiplicação é ensinada a fazer, dividindo o número em unidades, dezenas e centenas. Inicialmente identificamos uma explicação de como o exercício deve ser resolvido, o que nos parece favorece uma independência do aluno em relação ao professor, ou até como meio para dispensar o uso de caderno, e efetuar as multiplicações mentalmente. No primeiro caso, o aluno multiplica em primeiro lugar as dezenas (3×40), na sequência as unidades (3×5), para depois somar os dois resultados obtidos. Esta estratégia parece ser parte de uma metodologia que pretende ensinar praticidade e agilidade na resolução dos cálculos.

Figura 7 – Exercícios de multiplicação, p.19 do livro Rechenbuch.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico da IELB.

Nestes exercícios, a multiplicação aparece associada a diferentes unidades de medida, podendo assim, aproximar-se de práticas de cálculo que poderiam estar presentes no cotidiano e que poderiam ser exercitadas em sala de aula.

De um ensino focado na aplicação das quatro operações no comércio, principal trabalho dos descendentes de imigrantes alemães no bairro da escola, com o suceder de decretos e regulamentação governamentais, percebemos que os programas e as práticas escolares foram se adaptando e aproximando do currículo prescrito pelos governos que elaboraram e desenvolveram mecanismos de controle e vigilância nas escolas, determinando quem pode ou não ser professor, o que, e o como ensinar.

Neste contexto a Campanha da Nacionalização foi um marco porque a proibição e punição para quem falasse o alemão, ou qualquer outra língua, que não o português, impactou no modo de viver dos descendentes dos imigrantes. Embora, não se tenha

identificado um impacto direto no ensino da matemática, pode se observar que a presença de interventores na escola, a mudança no sistema de avaliação, no modo de apresentar os boletins ou mesmo no desuso de livros didáticos em alemão, acabou por mudar algumas práticas e deixou marcas nas memórias dos ex-alunos.

Com a publicação dos decretos da Campanha da Nacionalização em 1938, muitos dos livros escritos em alemão foram destruídos pelas autoridades, ou de acordo com relatos obtidos por Wanderer (2007), escondidos até dentro do forno de fazer pães, com o intuito de que não fossem encontrados pela Polícia. Esta, fazia revistas nas instituições que permaneceram abertas, e nas casas das famílias para encontrar e destruir o que fosse escrito em alemão.

Para que as escolas que atendiam as comunidades conseguissem manter as portas abertas e oferecer aos seus filhos uma escola que atendesse as suas necessidades, as editoras das escolas, se dedicaram a traduzir os seus livros para o português. Neste contexto, o Colégio Concórdia utilizava uma cartilha em português, impressa pela Editora Concórdia, especialmente publicada para o uso interno da instituição. Lamentavelmente, não encontramos nenhum exemplar desta cartilha, que é lembrada por todos os ex-alunos e professoras entrevistadas. Essa cartilha servia como um guia do que a professora devia ensinar aos seus alunos, e que nos parece, pelos relatos, que atendia à legislação da época.

O ensino de matemática se dava através de exercícios de memorização e repetição, utilizando-se de tabuadas, aumentando o nível de dificuldade na medida em que o aluno avançava de ano. Os alunos eram avaliados diariamente através das lições de casa e mensalmente com provas chamadas de “sabatinas”. Mas apenas os exames semestrais eram os que tinham valor para a aprovação ou não dos alunos.

A preocupação com as quatro operações, a tabuada e a memorização, parecem permanecer, porém agora, não mais com os textos em alemão, mas em português. A fala de Ilse Evers Gans, aluna entre os anos de 1942 e 1943, e professora a partir de 1948, nos dá uma ideia de como eram as aulas de matemática na turma de quinta série. Segundo Ilse, “os alunos faziam muitos cálculos”, na medida em que ela, enquanto professora do colégio, percebia que o algoritmo matemático tinha sido aprendido, introduzia problemas matemáticos que envolvessem a aplicação de tal algoritmo. Os problemas, muitas vezes, eram ditados. Desta forma, mesmo na aula de matemática, os alunos poderiam praticar a escrita do português: “Eram problemas práticos. Por exemplo, vou comprar tantos metros

de tecido, um metro custa tanto, então. Bem práticos. Depois inverte, gastei tanto, custou tanto, quantos ...? Inverte o problema” (GANS, 2019).

A professora Ilse nos relatou que também na turma da quinta série o aprendizado de matemática acontecia sem o uso de outros materiais didáticos além do caderno, o lápis, o quadro-negro e o giz. Em certas ocasiões, a professora levava seus alunos à praça “Pinheiro Machado”, que fica ao lado do Colégio, às vezes acompanhada por alguns pais. Esse fato deixa vestígios de que o ensino não estava limitado ao ambiente escolar, e que no pensamento da professora, os alunos também poderiam aprender em outros espaços diferentes da sala de aula. Além disso, a presença dos pais nestes “passeios” demonstra o interesse das famílias dos alunos em acompanhar o aprendizado dos seus filhos.

Outra preocupação que marcou os anos 1940 no colégio Concórdia é a preparação para os Exames de Admissão ao Ginásio.

O Ginásio tinha duração de quatro anos, e era considerado um curso secundário de primeiro ciclo. Os alunos que pretendiam se matricular deviam ter idade mínima de onze anos completos até o dia 30 de junho, precisariam prestar o respectivo exame de admissão.

O ingresso ao Ginásio através do exame de admissão foi instituído no Brasil pela reforma Francisco Campos, que regulava o ensino secundário. Esta reforma estabeleceu o ensino seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e um complementar e a exigência de ter culminado esses dois para o ingresso no ensino superior (Akseney; Miguel, 2012). Francisco Campos defendeu “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras” (Machado, 2002, p.29).

O artigo 20, do Decreto n.292, de 23 de fevereiro de 1938, estipula que a prova de Matemática deverá ter, no mínimo, cinco problemas práticos. Isso é ratificado pela portaria n.142, de 24 de abril de 1939, onde também fica definido que as provas escritas são eliminatórias, se o aluno não obtiver, no mínimo 50 pontos. A Portaria n.479, de 30 de novembro de 1940, elenca algumas modificações nos conteúdos matemáticos que deveriam ser cobrados no exame, com o intuito de:

atender as necessidades da classe dominante: o bom ensino para uma pequena parcela da população escolarizada, garantindo o acesso dessa camada da população ao ensino secundário [...] as provas de matemática constituíam-se em mecanismos eficazes para o alcance das grandes

finalidades da educação matemática enquanto controle da população escolarizada.

(Pinto, 2003, p. 11).

Estas modificações são: ampliação do estudo dos números (arábicos e romanos), exigência de provas, real e dos nove, em operações com números inteiros, intensificação das expressões numéricas com frações ordinárias e decimais, divisibilidade por 2, 3, 5, 9 e 10, números primos, conversão de frações em decimais, e decimais em frações (Pinto, 2003, p.5).

No Colégio Concórdia, este exame era composto, assim como o decreto determinava, por provas escritas e orais. As provas escritas eram de português e aritmética, com média de aprovação 5. Essas provas escritas eram consideradas eliminatórias. Nas provas orais, além de Português e Matemática, eram feitos questionamentos referentes a Geografia e História do Brasil. O aluno que alcançasse média igual ou superior a 5 no conjunto das disciplinas, seria considerado aprovado. Para ingressar no Ginásio, os responsáveis pelo aluno deveriam preencher uma carta, pedido a realização do exame.

No arquivo morto do Colégio Concórdia encontramos caixas com os históricos escolares dos alunos, a partir da década de 1940. Lembramos que registros anteriores foram perdidos na enchente de 1941. Nas caixas, encontramos uma pasta para cada aluno, e, destas, selecionamos os históricos de 1945. Selecionamos dez alunos aleatoriamente, que ingressaram no Ginásio naquele ano. Sete destes alunos prestaram o exame em dezembro de 1944, e três em fevereiro de 1945, o que deixa evidências de que o processo seletivo acontecia pelo menos duas vezes no ano.

A seguir, apresentamos um quadro com as notas obtidas por estes alunos nas provas orais, escritas, e a média alcançada.

Quadro 1 – Notas de aprovação do exame de admissão, ingresso 1945.

NOME	DATA	PROVA ES- CRITA	PROVA ORAL	MÉDIA FINAL
Haus	Dezembro 1944	6	7	6,5
Alfonso	Dezembro 1944	6	4	4,5
Jecy	Dezembro 1944	-	-	7
Enio	Dezembro 1944	6	8	7
Terezinha	Dezembro 1945	6	6	6
Elizabeth	Dezembro 1944	6	6	6
Yolanda	Dezembro 1944	10	6	8
Lúisa	Fevereiro 1945	-	-	7,5
Jair	Fevereiro 1945	7	7	7
Ramon	Fevereiro 1945	5	2	3,5
MÉDIAS	---			

Fonte: Elaboração das autoras a partir de fichas localizadas no arquivo morto do Colégio Concórdia.

Para que o professor pudesse acompanhar o desempenho dos seus alunos, no Colégio Concórdia, as crianças levavam tarefas para serem realizadas em casa, chamadas lições de casa. Estas atividades deveriam ser realizadas todos os dias, inclusive nos dias feriados e nas férias de inverno. O cuidado dos professores para com os alunos era tal que, segundo o relato da senhora Anita Gliese (AGACHE, 2015), se alguém não tivesse conseguido realizar a lição de casa, a professora ficava na sala na hora do recreio e o auxiliava na resolução, com o mero objetivo de que seu aluno aprendesse. Se fosse o caso, comeriam a sua merenda juntas, enquanto resolviam as questões da lição de casa. A professora Hilde relata que era muito cansativo levar todos os cadernos dos alunos para casa, mas eles deviam ser corrigidos (KRAFT, 2018).

Infelizmente não localizamos provas, cadernos ou a cartilha supracitada, o que poderia ter favorecido análises mais pontuais das práticas de ensino, no entanto, os relatos e a documentação analisados contribuíram para que fosse possível uma compreensão ampla sobre a escola e os movimentos que marcaram este período em que uma ação diretiva do governo federal, a Campanha da Nacionalização, influenciou a cultura escolar, deixando marcas principalmente nas memórias de alunos e professores.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As medidas adotadas durante a Campanha da Nacionalização impactaram as comunidades teuto-brasileiras e sua organização, principalmente a escolar, já que muitas

instituições fecharam suas portas. Algumas escolas que eram comunitárias passaram a ser públicas. Desta forma, de acordo com Rambo (1994) “a educação deixou de preparar as crianças para a comunidade em que viviam e na qual haviam nascido, para servir direta ou indiretamente aos interesses do Estado. Isso significou moldá-las à imagem e semelhança de um ideal distante, estranho e sem atrativo” (Rambo, 1994, p.100) para sua comunidade.

Conhecer o interior destas escolas teuto-brasileiras constitui-se em um desafio para a historiografia, pois muitos documentos já não existem mais. Mesmo as pessoas que poderiam ser entrevistadas são difíceis de serem localizadas e nem sempre estão dispostas a falar sobre suas experiências.

Apesar das dificuldades é preciso avançar neste tipo de pesquisas, olhar para outras escolas que hoje não existem mais, mas que no seu tempo, contribuíram para com a constituição do povo brasileiro, desenvolveram formas de sobrevivência, se adaptando ou subvertendo os mecanismos de controle e vigilância. Estas escolas precisam ser conhecidas e compreendidas, bem como momentos como o da Campanha da Nacionalização, que impactaram no modo de vida das pessoas e na cultura escolar.

REFERÊNCIAS

Agache, G. E. T. (2015). *O ensino de Matemática no Colégio Luterano Concórdia nas primeiras quatro décadas do século XX*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Agache, G. E. T (2019). *O Colégio Luterano Concórdia de Porto Alegre entre 1902 e 1952: ensinar matemática para a vida e o trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Certeau, M. de (2017). *A escrita da História* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Decreto n. 7212, de 8 de abril de 1938. Regulamento de Registro e fiscalização das escolas.

Eidam, R. (2007, setembro). A escola particular e a imigração alemã: o professor na comunidade rural do Paraná. *VII Jornada do HISTEDBR*, Campo Grande, MS, Brasil.

Gans, I. E. (janeiro de 2019). Entrevista com ex-aluna e professora. Nova Petrópolis.

Gans, M. R. (2004). *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX: 1850-1889*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

Garnica, A. V. & Souza, L. A. (2012). *Elementos da História da Educação Matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 35.

Konrath, G. M. (2009). *O Município de Novo Hamburgo e Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Kreutz, L. (1994). *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS.

Kreutz, L. (2000). A educação de imigrantes no Brasil. In Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M & Veiga, C. G (orgs). *500 anos de educação no Brasil*, 347-370, Belo Horizonte: Autêntica.

Kuchenbecker, V. (2000). *Comunidade Evangélica Luterana Cristo (1902-2002): cem anos*. Canoas: ULBRA.

Kuhn, M. C. (2015). *O ensino de Matemática nas escolas evangélicas luteranas no Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, Brasil.

Kuhn, M. C. (2013, outubro). As escolas evangélicas luteranas no início do século XX no RS e o ensino de Matemática. *Congresso Internacional de Ensino de Matemática*, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. VI.

Mombach, C. (2012). O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. 14. Disponível em <http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie10/RevLitAut_art03.pdf>

Nosella, P. & Buffa, E. (2013). *Instituições escolares: porque e como pesquisar* (2ª ed.). São Paulo: Alínea.

Rambo, A. B. (1994). *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo: UNISINOS.

Renk, V. E. (2008). Nacionalização compulsória das escolas étnicas e resistências, no governo Vargas. *Congresso Nacional de Educação, EDUCERE*, Curitiba, Paraná, Brasil, VIII.

Seyferth, G. (1994). A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Mauch, C. & Vasconcellos, N. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA.

Steyer, W. O. (1999). *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Riograndense, 1900-1904*. Porto Alegre: Singularart.

Wanderer, F. (2007). *Escola e Matemática escolar: mecanismos de regulação sobre sujeitos escolares de uma localidade rural de colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.